

Especialistas recomendam aplicações em títulos públicos: o passo a passo para tomar a decisão certa na hora de investir no Tesouro Direto

Publicada em **16/01/2011** às 22h53m

O Globo

Rio - Um novo ciclo de aumento dos juros básicos da economia (Selic) deve começar na próxima quarta-feira, quando os diretores e o presidente do Banco Central (BC) vão se reunir no Comitê de Política Monetária (Copom), em Brasília. Eles devem elevar a Selic dos atuais 10,75% para 11,25% ao ano na reunião, segundo as expectativas do mercado. Especialistas em finanças afirmam que o momento é favorável para quem quer investir em títulos públicos. E nove entre dez deles recomendam o Tesouro Direto, sistema do governo para vendas de títulos do Tesouro Nacional às pessoas físicas pela internet. Mas como tomar a decisão certa e ter o melhor rendimento com a aplicação?

- São os mesmos títulos comprados pelos fundos DI, muito oferecidos nas agências bancárias. Só que quando você investe por meio dos fundos dos bancos, paga taxas de até 4% ao ano, muito altas. Ou seja, uma boa parte do ganho do seu dinheiro é perdida. No Tesouro Direto, as taxas são menores - diz Lemos da Trader Brasil Escola de Investidores

" Quem não quiser esperar o vencimento pode vender os papéis no Tesouro Direto toda quarta-feira "

Pelas expectativas de economistas e analistas, o aumento dos juros na quarta-feira será apenas uma primeira dose de três. Eles esperam que a Selic termine 2011 a 12,25% ao ano, o que significa outros dois aumentos dos juros em 0,5 ponto percentual, segundo o último Boletim Focus, do Banco Central. Isso ocorreria nas reuniões de março e abril.

Bancos cobram maiores tarifas no Tesouro Direto

Para quem optar pelo Tesouro Direto, o primeiro passo é definir quanto tempo poderá manter o dinheiro aplicado. O ideal é estar disposto a investir por, pelo menos, dois anos. Esse é o período necessário para recolher a menor alíquota de Imposto de Renda (IR), de 15% sobre o rendimento. O imposto será pago quando o título vencer ou for vendido. Em prazos menores, a alíquota varia de 17% (um a dois anos) a 22,5% (abaixo de 180 dias), corroendo uma parte maior do ganho.

O passo seguinte será se cadastrar em um banco ou uma corretora. É preciso ser cliente de um deles para comprar os títulos públicos. Parte das corretoras não cobra absolutamente nada para isso, mas oferece serviços bastante limitados ao cliente, como atendimento somente por e-mail. Para quem quer ter uma assessoria, as corretoras cobram taxas de 0,2% a 0,5% ao ano sobre o valor aplicado. Bastará se cadastrar no site da empresa, que enviará um login e senha a serem usados no site do Tesouro Direto (www.tesourodireto.gov.br). Uma parte das corretoras vai oferecer, por exemplo,

atendimento por telefone para sanar qualquer dúvida do investidor. Os bancos geralmente cobram as maiores taxas, de até 1%.

Especialistas explicam que, ao acessar o site do Tesouro Direto para comprar o título, o investidor vai se deparar com diferentes opções de LFTs, os papéis que rendem mais com aumento dos juros. Mas a diferença entre esses títulos será apenas o prazo de seu vencimento, que varia atualmente de 2011 a 2017. Sua rentabilidade será exatamente a mesma, ou seja, a Selic do dia.

Os preços dos papéis com diferentes vencimentos também serão os mesmos no caso das LFTs. Na última quinta-feira, um título valia R\$ 4.515,95. Não é preciso, no entanto, comprar um título inteiro. O investidor pode adquirir um quinto do título, o que reduz o investimento mínimo necessário para cerca de R\$ 900. Comprar uma parte do papel também não reduz a rentabilidade da aplicação, apenas remunera sobre um valor menor.

Especialistas lembram que, ao comprar título no Tesouro Direto, o investidor precisará depositar o valor correspondente ao negócio na conta corrente da corretora até o dia seguinte. Será então cobrada uma taxa de 0,1% do valor aplicado, para a Companhia Brasileira de Custódio (CBLC). Se forem investidores R\$ 1 mil, por exemplo, será cobrado R\$ 1. Essa taxa será recolhida pela própria corretora.

Fabio Colombo, administrador de investimentos, explica que os títulos da LFT não pagam juros periodicamente, os chamados cupons. O valor do título comprado sofre uma pequena valorização todo o dia. Para embolsar os ganhos, o investidor precisará vender o título ou esperar seu vencimento, recebendo de volta o valor que investiu e mais os juros que renderam.

- Quem não quiser esperar o vencimento pode vender os papéis no Tesouro Direto toda quarta-feira. O comprador será necessariamente o Tesouro, que garante a recompra do título. Não haverá uma perda na LFT por vender antes do vencimento - diz Colombo.

Especialista sugere papel prefixado que corrige IPCA

Ele recomenda também investimento nas NTNs-B (Notas do Tesouro Nacional da série B), um título público que remunera um juros prefixado (conhecido na hora da compra do papel) e corrige o investimento pela inflação medida pelo IPCA. Os juros serão pagos a cada seis meses pelo Tesouro. Já a correção da inflação será embolsada apenas com a venda do papel.

Segundo último balanço do Tesouro Nacional, de novembro de 2010, mais de 210 mil investidores estão cadastrados no Tesouro Direto. O número representa um aumento de 22% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A advogada Mariana Paranhos Malhães é um desses pequenos investidores. Ela aplica em LFT e NTN-B e pensa em aumentar suas aplicações para aproveitar o ciclo de juros:

- Aprendi que no momento de alta de juros e inflação tem alguns títulos melhores para serem adquiridos. É o que eu faço, quando tem dinheiro disponível, vou comprando com vários vencimentos.